MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de 2006, às quatorze horas e trinta minutos, no Edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília, foi aberta a décima segunda sessão ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos com a presença dos seguintes membros: Célio da Cunha, Daniel Vaz Freire, Edna Castro de Oliveira, Eliene Novaes Rocha, Francisca Bezerra da Silva, Heleno Manoel G. Araújo Filho, Jeanete Beauchamp, Maria Cristina Vargas, Maria do Pilar Lacerda Almeida, Moacir Gadotti, Moema Viezer, Neroaldo de Azevedo Pontes e Timothy Denis Ireland. Participaram também da reunião o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ricardo Henriques, a Coordenadora-geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Maria Margarida Machado, a Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Veloso Torres do Amaral, o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia Filho, e a assessora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Adriana Pinto Rodrigues. O Prof. Timothy Ireland abriu a sessão saudando a todos os presentes e justificando as ausências de Adelaide Lais Parente Brasileiro, que não conseguiu embarcar por problemas ocorridos na TAM, e Isabel Aparecida dos Santos, que informou a impossibilidade de participação poucos dias antes da reunião. Apresentou, em seguida, a pauta da sessão a se realizar em dois dias, quatorze e quinze de março de dois mil e seis, que consistia em: posse dos integrantes da Comissão para o mandato dois mil e seis - dois mil e sete; informes diversos; aprovação da ata da reunião realizada no dia trinta de agosto de dois mil e cinco; Medalha Paulo Freire; Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – ENCCEJA; Resoluções Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola e a definição do calendário para as próximas três reuniões. O Prof. Timothy Ireland passou a palavra ao Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ricardo Henriques que, substituindo o Ministro da Educação, deu posse aos membros da Comissão presentes à reunião, para o mandato dois mil e seis - dois mil e sete, e discorreu sobre os seguintes pontos referentes à Comissão: a) que as alterações na composição da Comissão se deram a partir de um olhar para a diversidade com vistas a beneficiar as estratégias para a educação de jovens e adultos, o que inclui, por exemplo, a participação do segmento indígena. Como resultado temos o aumento da representatividade por meio da institucionalidade das representações. b) que a CNAEJA desempenha um papel estratégico na criação de instrumentos reais para o enfrentamento da realidade da educação de jovens e adultos no Brasil, ou seja, um ator político crucial para as políticas públicas deste segmento. c) Relembrou que a Comissão contribuiu diretamente para a nominação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade quando de sua criação, Secretaria que, desde o início, vem construindo uma visão sistêmica de EJA por meio da institucionalização do diálogo com as secretarias estaduais, coordenadores EJA e, por meio da sociedade civil organizada, ENEJA d) que a Comissão tem avançado no conteúdo, articulação com as políticas, agenda qualitativa e, agora, com o novo mandato, há uma expectativa de que sua atuação se dê sob o tripé formulação, monitoramento e caixa de ressonância da atuação da SECAD, mesmo com todas as limitações existentes. Para o Secretário, um sinal claro para a sociedade do compromisso com a ruptura do como se

tratava a EJA, é que, hoje, temos políticas de Estado para a educação de jovens e adultos. e) fez um alerta sobre a atipicidade de um ano eleitoral, quando interesses diversos atuam diretamente nas políticas públicas de Estado. f) Destacou o novo marco institucional do financiamento educacional, qual seja a aprovação do FUNDEB g) disse que a Comissão não tem função binária (sim/não) e sim de escuta quanto aos rumos da EJA enquanto política pública dentro da educação. O Secretário entende que este ano exigirá uma maior profundidade nos conteúdos a serem discutidos, tendo em vista a atipicidade de um ano eleitoral. O representante da UNECO, Célio da Cunha, disse que deve-se refletir que mecanismos de governabilidade poderiam garantir que a EJA seja uma política pública de Estado, mais ainda, que esteja na centralidade de uma política de educação, conforme defende documento da UNESCO sobre o tema educação. Para ele, a EJA, com a SECAD, já garantiu sua institucionalidade.O representante das ONG's com experiência em EJA, Moacir Gadotti, colocou a historicidade da Comissão, desde a extinção da antiga Comissão até a retomada dos trabalhos em 2003, passando pela sua nova roupagem com a diversidade sendo instituída por meio de representações significativas que resultam em um fortalecimento da sociedade civil. Entretanto, para ele, a educação continuada se mantém como um ponto frágil em EJA e, se de um lado a EJA entrou na agenda, por outro lado, os resultados ainda estão aquém do que se esperava. A Comissão, em seu novo mandato, tem que ser mais ousada para que o MEC seja mais ousado, tendo como base os países vizinhos que estão dando prioridade política à EJA. O representante da CONSED, Neroaldo de Azevedo Pontes, apresentou as seguintes considerações: A avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE) detectou avanços no segmento diversidade com a criação da SECAD, apesar do grande espectro de atuação da Secretaria; houve, também, avanços institucionais, como, por exemplo, o ENEJA, que, antes, era quase clandestino em relação ao MEC; hoje, tem-se um grande tema a ser debatido pela Comissão, o FUNDEB, tendo em vista que haverá uma grande disputa pelos recursos quando da sua regulamentação e pode, neste momento, sobrar para o elo mais frágil, com menos poder de pressão, devido à fragmentação em suas bases, que é a EJA. O Prof. Timothy disse estar satisfeito com a participação de todos; com a participação da Secretaria de Educação Básica, do MEC; com os ganhos de respeitabilidade e reconhecimento ao trabalho até agora desenvolvidos e com as interfaces com os diversos ministérios. Colocou, ainda, que é importante que os integrantes da Comissão solidifiquem a institucionalização da EJA, como forma de garantir a perenidade para os próximos anos. O representante da Juventude, Daniel Vaz Freire, afirmou que, em contrapartida à pouca experiência em EJA do segmento que o mesmo representa, este tema será levado ao Conselho Nacional de Juventude para que a EJA seja incorporada aos temas de mobilização das organizações da juventude. A representante dos Fóruns de EJA, Edna Castro de Oliveira, expressou uma preocupação em traduzir os anseios e as agendas dos fóruns locais de modo a manter uma interlocução fidedigna entre os dois fóruns de discussão, Comissão e Fóruns de EJA. A representante do segmento Ambiental, Moema Viezer, expressou sua preocupação com as superposições entre os programas de vários ministérios e que deve-se buscar uma maior interação entre eles. A representante da Secretaria de Educação Básica, Jeanete Beauchamp, externou sua preocupação com a EJA em relação ao FUNDEB, ressaltando que a educação infantil tem um apelo muito mais forte junto aos congressistas e à sociedade civil. Sugeriu, ainda, que a Comissão deveria atuar junto ao Congresso, em defesa da EJA, inclusive com uma visita ao Senado. Além disso, ressaltou que seria importante um mapeamento de quais as forças de EJA deveriam ser aglutinadas, com uma análise da conjuntura e dos atores para que

estratégias de atuação sejam traçadas. A representante da UNDIME, Maria do Pilar Lacerda Almeida, informou aos presentes sua impressão, e preocupação, com a discussão sobre o FUNDEB no Senado Federal, tendo em vista que os discursos dos senadores estão refletindo uma visão equivocada, e até mesmo inexistente, quanto à EJA. Na medida em que os recursos serão rateados, percebe-se que os segmentos que tiverem uma maior e melhor articulação, como a educação infantil, conseguirão garantir a parcela na divisão. Reforçou a sua preocupação quanto à possibilidade real de que a EJA seja excluída dos recursos do FUNDEB, caso não haja uma mobilização eficaz para mudar o curso da situação. O Secretário da SECAD, Ricardo Henriques, diante deste novo fato, incluiu o tema FUNDEB na pauta de discussão para esta sessão da Comissão, bem como articulou um encontro de representantes da Comissão com o relator do FUNDEB no Senado para o dia seguinte, aos quinze dias do mês de março de 2006, conforme consenso dos integrantes da Comissão. Edna C. de Oliveira expressou sua preocupação como nova representante dos Fóruns de EJA, substituindo a colega Jane Paiva, no encaminhamento e defesa das posições do Segmento, principalmente em relação ao ENCCEJA. Reafirmou a posição contrária do Movimento ao ENCCEJA, assumida no percurso das lutas de consolidação do Movimento, a ser explicitada no momento apropriado da pauta. Com relação ao encaminhamento da Comissão de intervir no processo de aprovação do FUNDEB, lembrou o papel que os Fóruns de EJA podem assumir nos estados em articulação com a mobililização da Educação Infantil, ressaltando o papel indutor da UNDIME na convocação dos municípios. O Secretário advertiu encaminhando no sentido de que não devemos confundir o foco da agenda política da Comissão com os desdobramentos de sua agenda política no âmbito dos respectivos segmentos. Atentou para os pontos de pauta a serem ainda contemplados e solicitou à Comissão, “como mesa de consenso”, que ouvisse o Presidente do INEP, com relação ao ENCCEJA. O Prof. Timothy D. Ireland, então, passando a presidir a reunião, colocou em pauta a Ata da Reunião da Sessão anterior, ocorrida aos trinta de agosto de 2005, para aprovação, a qual foi aprovada sem ressalvas. Logo após o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia, apresentou, à Comissão, o Concurso Literário, Primeiro Concurso Literatura para Todos, com informações sobre as fases do Concurso. A Coordenadora-geral Pedagógica, Maria Margarida Machado, por sua vez, apresentou aos componentes da Comissão o Projeto Educação Prisional, deixando todos informados sobre a proposta e as articulações que estão sendo construídas junto aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Tocantins, Paraíba e Ceará, com vistas à viabilização do projeto. Foram definidas as datas para os próximos encontros da Comissão, no ano de 2006, que ocorrerão nos dias quatorze de junho, um dia antes da reunião do MOVA, aos trinta de agosto em Recife e, a última reunião do ano, aos oito e nove de novembro em Brasília. O Prof. Timothy encerrou as atividades do dia deixando como tarefa a todos a leitura do material referente à Medalha Paulo Freire que seria discutida no dia seguinte, bem como material referente à educação de jovens e adultos distribuído pela Coordenadora-geral Pedagógica da SECAD, Maria Margarida Machado, para embasar o texto sobre o FUNDEB, a ser preparado pela Comissão e que será entregue ao Relator do respectivo projeto de Lei no Senado Federal. Assim, os trabalhos do dia quatorze de março de 2006 são encerrados pelo Prof. Timothy Denis Ireland.Aos quinze de março de 2006, os integrantes da Comissão se reuniram para dar continuidade às discussões e encaminhamentos da pauta da décima segunda sessão ordinária, alterada pelos integrantes no dia anterior, quatorze de março de 2006, com a inclusão do tema FUNDEB e a educação de jovens e adultos. Com as alterações, a pauta do dia discutiu os seguintes pontos,

seqüencialmente, a) apresentação da Resolução para o ano de 2006 do Brasil Alfabetizado; b) apresentação, pelo Presidente do INEP, Reynaldo Fernandes, do Exame Nacional de Avaliação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-ENCCEJA; c) preparação da Carta sobre o FUNDEB, a ser entregue ao Senador José Jorge, Relator do projeto no Senado Federal; d)discussão e aprovação da Portaria que regulamenta o concurso Medalha Paulo Freire, edição 2006; e) apresentação da Resolução para o ano de 2006 do Fazendo Escola. O Prof. Timothy abriu a reunião informando que o Relator do FUNDEB, Senador José Jorge, iria receber um grupo de representantes da Comissão às quinze horas deste quinze de março do ano de dois mil e seis. Os componentes da mesa discutiram o formato e a estrutura do documento a ser entregue ao Relator. Moacir Gadotti sugeriu uma carta de uma folha com a anexação do material já produzido pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos- DEJA, do Ministério da Educação, de título "Porque devemos incluir a educação de jovens e adultos no FUNDEB". Para ele, o documento a ser anexado, que fundamenta a importância da educação de jovens e adultos, pode contribuir, por meio de argumentos sólidos, em estudos futuros sobre o tema pelo Congresso Nacional. Moacir Gadotti também sugeriu que cópias deste documento fossem distribuídas aos membros das Comissões de Educação, na Câmara e no Senado. Os integrantes da Comissão decidiram que deverão participar da reunião com o Senador José Jorge os seguintes membros da CNAEJA: Neroaldo de Azevedo Pontes, Moacir Gadotti, Edna Castro de Oliveira, Célio da Cunha, Heleno Maonel G. de Araújo Filho, mais a presença do Secretário da SECAD, Ricardo Henriques. Ficou decidido, ainda, que Maria Margarida Machado e Moacir Gadotti iriam trabalhar no texto a ser entregue ao Relator do FUNDEB, Senador José Jorge. Dado este encaminhamento, o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia Filho, iniciou a apresentação da Resolução do Brasil Alfabetizado para Estados e Municípios para o ano de dois mil e seis. Ele informou que a edição desta Resolução traz um aperfeiçoamento necessário e natural, muito mais do que simples alterações. As alterações da Resolução do ano de dois mil e seis frente à Resolução do ano de dois mil e cinco são muito mais um aperfeiçoamento, ouvidos os fóruns de EJA, os coordenadores estaduais de EJA, a CNAEJA e os parceiros. Tancredo Maia colocou, ainda, que, considerando a nova composição da Comissão, tornava-se necessário que fossem apresentados dois ou três destaques da essência do Programa. Primeiro, o Programa Brasil Alfabetizado implementa-se com parcerias com Estados e Municípios, via transferência direta dos recursos, e com um conjunto de entidades (organizações da sociedade civil, ONG's, OSCIP's, instituições de ensino superior privadas, associações, sindicatos, Sistema "S" e Centrais Sindicais), por meio de convênio com o FNDE. Segundo, o prazo para implementação do Programa é de seis a oito meses. Terceiro, os recursos do Brasil Alfabetizado são destinados a cobrir duas ações, formação dos alfabetizadores e bolsa para os alfabetizadores. A primeira ação é subdividida em duas: formação inicial e formação continuada. Importa registrar que o parceiro tem por obrigação desenvolver estas atividades. A segunda ação, bolsa para os alfabetizadores, pode ser destinada ao pagamento dos instrutores, transporte, alimentação, hospedagem e material institucional correspondente à formação. Tancredo Maia disse, ainda, que, pelas características de repasse de recursos para os parceiros, são publicadas duas resoluções, assinadas pelo Ministro da Educação, como presidente do Conselho Deliberativo do FNDE: uma para Estados e Municípios e outra para entidades (organizações da sociedade civil, ONG's, OSCIP's, instituições de ensino superior privadas, associações, sindicatos, Sistema "S" e Centrais Sindicais). Como a estrutura das Resoluções é basicamente a mesma, a diferença está na forma de transferência de recursos

(repasse direto para estados e municípios e por meio de convênio para as organizações da sociedade civil). Tancredo Maia disse que a Resolução a ser apresentada seria a dos estados e municípios, que será a primeira a ser publicada, de acordo com cronograma já definido. Além disso, ressaltou que esta Resolução está sujeita a alterações pela CNAEJA, pelo Secretário e pela área jurídica quando do seu processamento. Além disso, esclareceu que não haveria a necessidade de se trabalhar nas duas Resoluções, diante do que já foi exposto aqui, o que incorreria em repetições desnecessárias. Tancredo Maia iniciou, então, a apresentação dos destaques da Resolução. Informou que nos "Considerandos" contextualiza-se a necessidade da alfabetização de jovens e adultos; que o art. 2º define o objeto dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado transferidos para os estados e municípios; que o § 2º do art. 2º apresenta o cronograma a ser seguido pelos parceiros, definindo que até 20 dias após a publicação da Resolução, os Estados e municípios deverão firmar a declaração de compromissos. Tancredo Maia coloca que este instrumento é importante para que saibamos previamente quais os municípios efetivamente irão aderir ao programa. Por isso o prazo de 20 dias. É importante registrar que o Ministério da Educação garante, por meio desta Resolução, a todos os cinco mil, quinhentos e sessenta municípios brasileiros um percentual dos recursos que o Ministério dispõe, hoje, no seu orçamento, num montante da ordem de 212 milhões de reais, caso todos eles queiram apresentar projetos. Entretanto, apesar desta garantia, no ano de dois mil e cinco apenas quinhentos e sessenta municípios e vinte e duas secretarias estaduais de educação apresentaram propostas ao MEC. Dando seguimento à operacionalização para a parceria, os estados e municípios, em até sessenta dias, deverão providenciar o cadastramento dos seus alfabetizandos, alfabetizadores, turmas e coordenadores de turmas (se houver) e, também, o plano pedagógico. Tancredo Maia disse ainda, como informação aos novos integrantes, que desde o seu primeiro ano, o cadastramento destas informações são realizados por meio de sistema informatizado, o SBA-Sistema do Brasil Alfabetizado que, a cada ano, também é aperfeiçoado. Ele ressaltou que o SBA facilita tanto para a SECAD, que é responsável pela administração do programa, quanto para os parceiros, pois disponibiliza para consulta *on-line* os dados dos alfabetizandos, dos alfabetizadores, das turmas e das instituições. Desta forma, temos o registro de quem são, onde estão, e com quem nós estamos fazendo o Brasil Alfabetizado.Outro destaque da Resolução, informa, é que os parceiros, DF/estados/municípios, que participaram do Programa Brasil Alfabetizado no ano de dois mil e cinco, e até aos dias trinta do mês de março, cumpriram todas as exigências que a Resolução do ano de dois mil e cinco determinava, precisam apenas fazer a atualização do plano pedagógico para o ano de dois mil e cinco para o ano de dois mil e seis. Eles não terão que reapresentar toda a documentação. Destaco o § terceiro, art.terceiro que define quem são os parceiros desta Resolução: estados/municípios/DF. No artigo quarto estamos regulamentando o anexo de número um que apresenta os valores garantidos para todos os estados e municípios brasileiro, caso todos quisessem participar, que parte do índice de fragilidade da educação de jovens e adultos, índice desenvolvido pela SECAD, que considera o número de analfabetos no município, o atendimento que este município já realizou, com os dados do Censo. Com isso, possibilitamos a todos os Estados e Municípios participarem do programa. É importante destacar que esse gesto se coloca como uma política, uma linha de atuação explícita, dizendo que todo e qualquer município brasileiro que queira participar terá recursos garantidos para tal. Nenhum município estará fora do programa por algum outro critério que não seja a sua disposição em não participar. Fizemos, também, um destaque no artigo quinto para os beneficiários do Programa Bolsa-

família, numa articulação desse programa como Programa Brasil Alfabetizado. Esse artigo regulamenta que os municípios devem atender aos participantes do Programa Bolsa-família por meio do Programa Brasil Alfabetizado. Este trabalho é facilitado aos parceiros porque coloca-se à disposição dos municípios o cadastro dos membros do Bolsa-família, fazendo um recorte dos beneficiários com 15 anos ou mais que não sejam alfabetizados. Nós fornecemos o endereço desta população para que, no trabalho de mobilização, os municípios possam buscar este participante do Bolsa-família para o Programa Brasil Alfabetizado. No artigo seguinte, temos o destaque para os jovens de 15 a 29 anos para atendimentos específicos listados no item A: jovens de 15 a 29 anos não alfabetizados, população indígena, população do campo, pescadores artesanais, pessoas com necessidades educacionais específicas e a população carcerária. Fazemos uma chamada para que o atendimento a esses segmentos deverão estar descritos no plano pedagógico. Esta população, nesta faixa etária específica, participa no conjunto dos cadastrados do Programa Brasil Alfabetizado na ordem de vinte e cinco por cento no ano de dois mil e cinco, de vinte e seis por cento no ano de dois mil e quatro e vinte e sete por cento no ano de dois mil e três. Como pode ser notado, há um ligeiro declínio entre o primeiro ano e o terceiro ano da inserção dos jovens de 15 a 29 anos no cadastramento do Programa Brasil Alfabetizado. Estamos numa forte articulação com a Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República, para termos uma mobilização conjunta, incluindo os parceiros, para trazer estes jovens à sala de aula da alfabetização. No capítulo quinto, artigo sétimo, estamos falando dos valores para as duas ações. Para a formação inicial temos quarenta reais para custear o instrutor e a hospedagem, o parceiro escolhe aonde vai entrar com esse recurso, e se acresce, por mês, por alfabetizado, dez reais, para a formação continuada. E para a bolsa, nós temos cento e vinte reais como valor fixo e mais sete reais por aluno em sala de aula. Isto quer dizer que numa turma com vinte alunos, nós temos vinte vezes sete é igual a cento e quarenta reais mais a parte fixa, de cento e vinte reais, nós temos uma bolsa de duzentos e sessenta reais por duas horas de aula diária.Temos, no artigo sétimo, a definição de duas horas de aulas diárias, ou dez horas semanais, o que resulta, conforme regulamenta o artigo onze, em duzentas e quarenta horas, ou duzentas e o oitenta horas, ou trezentos e vinte horas, correspondendo, respectivamente a seis, sete e oito meses, para um número de aulas de quatro a cinco dias por semana. Uma novidade na Resolução deste ano é o pagamento de bolsa para tradutor de libras. Segundo Tancredo Maia, está prevista a existência de turmas com portadores de deficiência auditiva e o Programa Brasil Alfabetizado pagará, para as turmas que tiverem a presença do tradutor de libras, uma bolsa de cento e cinqüenta reais. A definição destas regras se deu numa articulação com a Secretaria de Educação Especial. Para o recebimento da bolsa, o tradutor terá que apresentar certificado de entidade certificadora. Sabemos que isso é um complicador ainda porque está se iniciando este procedimento de certificação dos tradutores, mas achamos necessário sinalizar a importância da sua certificação. Em relação aos dias e horários dos cursos, destacamos no parágrafo único do artigo onze que se houver número de dias de aulas diferentes daqueles previstos na Resolução, esta situação deverá ser justificada no Plano Pedagógico. No cadastramento do Programa Brasil Alfabetizado, conforme artigo quatorze, o parceiro deverá destacar os segmentos listados para que possamos ter as estatísticas e o controle deste atendimento, quais sejam: jovens de 15 a 29 anos, população indígena, população do campo (em todos os segmentos), pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, pessoas com necessidades educacionais especiais associada à deficiência, população carcerária, jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas, membros das famílias beneficiadas

pelo PETI, membros do programa Bolsa-Família, trabalhadores libertados no combate ao trabalho escravo e os catadores de lixo reciclável. Nesse momento o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia, fez uma pausa em sua apresentação e passou a palavra ao Presidente do INEP, Reynaldo Fernandes. O Prof. Timothy esclareceu que o Coordenador-geral de Alfabetização retornaria à apresentar a Resolução do Programa Brasil Alfabetizado, exercício dois mil e seis, após o término da apresentação e discussão do ENCCEJA. O Prof. Timothy agradeceu a presença do presidente do INEP e de sua equipe e solicitou a todos os integrantes da Comissão que se apresentassem, informando nome e entidade/instituição/segmento que representassem. O Prof. Timothy informou, ainda, sobre as ausências do representante do CONSED, Neroaldo de Azevedo Pontes, que estava participando de uma reunião no CNE, da representante dos movimentos com experiência em EJA, Adelaide Laís Parente Brasileiro, por problemas ocorridos quando do seu embarque em Belém, e da representante das universidades, Débora Pinto Niquini, por problema de saúde. Para contextualizar as discussões, o Prof. Timothy, em primeiro lugar, apresentou o Sr. Reynaldo Fernandes, um pesquisador que tem artigos publicados sobre a educação de jovens e adultos, sendo, portanto, um conhecedor do tema de EJA. O INEP e a SECAD vêm discutindo a questão do ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos há algum tempo. Disse que no ano de dois mil e quatro, o Prof. Davi participou da reunião da Comissão Nacional antes do início do ENEJA em Porto Alegre. Neste ano de dois mil e seis, o INEP e a SECAD estão retomando a discussão do ENCCEJA, em uma proposta tecnicamente diferente do exame. Então é importante discutirmos com o presidente do INEP, Reynaldo Fernandes, a importância destes fóruns para apresentar e ouvir os comentários dos participantes. Informou, ainda, que, na semana passada, houve uma reunião com os coordenadores estaduais de EJA em que o presidente do INEP participou e, agora, com a Comissão Nacional, um fórum muito qualificado. Ressaltou que não é preciso lembrar a ninguém que todos estão representando uma entidade ou um movimento e necessariamente representam o pensamento do movimento ou entidade e não uma posição puramente pessoal. Isto é muito importante porque estamos representando os principais atores que participam no campo da educação de jovens e adultos. Por isso a importância desta reunião e a importância dos comentários sobre a proposta a ser apresentada, inclusive a discussão técnica sobre uma proposta de exame que o INEP está discutindo. O Prof. Reynaldo Fernandes agradeceu o espaço aberto na reunião. Antes de fazer a apresentação fez mais alguns esclarecimentos. Disse que, quando chegou ao INEP, em setembro, várias discussões foram colocadas. numa reunião, onde levantou-se a questão do ENCCEJA, que era um exame que já vinha sendo feito, e a idéia de ampliação e modernização do Exame. Algumas pessoas achavam que ele tinha uma utilidade aquém do seu potencial. Na época ele considerou a idéia interessante, o tema foi discutido e acolhido pelos diretores do INEP. Levou-se a discussão para dentro do MEC, por meio da SECAD, com várias conversações (prós e contras). Conversou-se com o Ministro que autorizou as conversas internas e externas com o objetivo de montar uma proposta e depois retornar, a ele, para decisão. Não existe nenhuma proposta fechada. Existe uma discussão. Não existe uma proposta feita, nem orçamento. Estamos conversando, interna e externamente, com pessoas de universidades, pessoas ligadas ao mundo do trabalho, e alguns representantes de instituições não-governamentais. Algumas pessoas têm um pensamento favorável, outros contra, com restrições (como fóruns de EJA e os coordenadores estaduais). Ele disse que estão conversando para fazer uma proposta, um desenho que possa ser apresentado, ou, até

mesmo, não ter encaminhamento. Informou, ainda, que existe uma discussão que está sendo feita e ele vai tentar apresentar até onde se chegou. Existem problemas de várias ordens, mas alguns são centrais como de filosofia e operacionais. Talvez fosse importante focar no primeiro e apresentar como foi surgindo a idéia no INEP e porque a consideramos uma idéia interessante, ou seja, o uso do ENCCEJA de uma forma mais geral. O presidente do INEP disse que, primeiro, iria situar o ENCCEJA dentro dos trabalhos do INEP. Quais são as grandes funções do INEP? O INEP tem várias funções, mas a principal área é a de avaliações nacionais. O INEP também é encarregado de toda o levantamento estatístico da educação. E a terceira grande área é a realização de estudos educacionais especiais. O INEP é um instituto de pesquisa e estudos e também da pesquisa de base, tanto do levantamento estatístico, como é o caso do Censo, como as avaliações nacionais, como é caso do ENEM, o ENADE, entre outros. Estas são as funções principais do INEP e sua principal missão. Com relação ao ENCCEJA, ele informou que: a) o exame surgiu a partir de denúncia no Conselho Nacional de Educação de venda de certificação de EJA, inclusive no exterior. b) o Exame foi aplicado primeiramente no Japão e, depois, no ano de dois mil e dois, estendeu-se para alguns municípios do país.c) ele foi suspenso e retornou no ano de dois mil e cinco. d) hoje o exame é aplicado no Japão, na Suíça, há pedidos para aplicação nos EUA,e tem alguns municípios que nos procuram e pedem a prova. O MEC doa a prova e eles aplicam. e) O estado de Tocantins também utiliza e aplica em toda a rede de EJA. f) hoje, o exame é um instrumento de avaliação para aferição de competência e habilidades de jovens e adultos com o objetivo de certificação, tanto para o ensino fundamental, quanto para o médio. Ele é aplicado fora do país e alguns municípios que solicitam-no mais o Estado de Tocantins(que será necessário refazê-lo neste ano porque algumas pessoas que o fizeram no ano passado, não foram aprovados em uma determinada matéria e agora precisam passar novamente pelo exame. g) O ENCCEJA, um instrumento que demanda muito trabalho, está sendo subutilizado. Ele complementou que a partir daí surgiu a idéia de um novo ENCCEJA: aplicação, técnicas e dimensionalidades. Esta é a idéia que o INEP está trabalhando e que ele estava trazendo para os membros da Comissão: 1º) modernização do instrumento: hoje, o exame tem uma análise baseada em competências e habilidades mas, no fundo, é uma prova clássica, número de acertos, número de erros. A primeira modernização, depois de conversa com vários técnicos, é colocar numa escala "da teoria da resposta ao item". Como se faz no SAEB, ou em exames de língua, como a TOEFL. Eu crio uma escala e os alunos vão sendo pontuados naquela escala. De forma que, a qualquer tempo em que eu faça a prova, mesmo com grupos diferentes e questões diferentes, eu posso comparar. As questões são calibradas e elas têm um peso. Com base nas questões eu posso dar uma medida de desempenho dos estudantes ou proficiência. Diferente de uma prova clássica, se eu dou uma prova na escola A e outra na escola B é difícil comparar se a prova aplicada, a clássica, não tiver sido a mesma.O que essa medida faz, e o SAEB já é assim, que é tendência em todo o mundo, é colocar uma escala de pontuação e, assim, saber exatamente comparar: duas pessoas que fizeram provas totalmente diferentes, se elas tiveram 100 pontos, então eu posso dizer que elas têm o mesmo ponto na escala de proficiência. Isto permite uma outra coisa interessante, a interpretação da escala. Eu posso pegar cada item e colocar numa escala: um item está neste ponto da escala, o que é isso? Eu passo para um especialista de cada área (matemática, português, etc.) estudar qual a competência que os aluno têm. Além dos números tem a interpretação. Faremos isso no ENCCEJA, uma escala e uma interpretação sobre o que ele sabe nas áreas de matemática, línguas, ciências, etc. Se tenho interpretações daquela escala, posso realizar um critério não

apenas normativo. Se eu aprovo 30%, quais os conhecimentos que julgamos necessário para que uma pessoa precise ter para ser certificado em uma prova de EJA de ensino médio, por exemplo em português, ou matemática, etc? A definição disso exige sempre uma certa subjetividade, mas eu tenho alguns critérios que especialistas podem falar que um estudante tem que saber isto, tanto de conceitos numéricos, fração, solução de problemas, extrair informações de dados, etc.Esta é a grande vantagem deste instrumento. Além disso, num novo instrumento, seria importante incluir um questionário sócio-econômico, como o ENEM, para saber quem são os estudantes participantes. Para os estudantes de EJA seria importante incluir, além do perfil sócio-econômico, um questionário especial sobre a trajetória dos estudantes que fazem esta prova. Estudou em sala de EJA, em escola regular, em escola comunitária? Fazer uma investigação a partir deste questionário e saber qual o caminho que eles seguiram e, assim, ter uma leitura dos diferentes meios utilizados e quais são os mais e os menos profícuos para as pessoas se certificarem. É claro que teríamos a participação de profissionais de EJA, um questionário produzido em conjunto, uma primeira pesquisa de trajetória destas pessoas, e quais as trajetórias mais prováveis destas pessoas. Um estudo retrospectivo das trajetórias educacionais dos candidatos de EJA. Com relação aos dados de EJA, que provavelmente todos conhecem, o mais importante dos dados, é o potencial de jovens e adultos que poderiam usufruir EJA, nós temos, hoje, 44 milhões de pessoas que estão fora de qualquer sistema e poderiam se utilizar de qualquer programa de EJA. Os estudos, inclusive alguns realizados por mim, apresentam que o mercado de trabalho não distingue se a pessoa fez o fundamental (08 anos) pela EJA ou regular. No ensino médio distingue-se. Não sabemos porquê as pessoas não estão procurando. Existem duas possibilidades: elas não querem ou não existe oferta de EJA. Não sabemos ao certo, mas existe potencial muito grande de pessoas que não utilizam nenhum tipo de programa seja qual a modalidade de EJA que for (presencial, semi-presencial, ou mesmo realização das provas). Eles não vão, a gente não sabe o motivo. Falta de oferta de escola de EJA? Eles não tem interesse, tem oferta mas a qualidade não atende? Até existe uma cobrança da SECAD ao INEP de um estudo mais aprofundado destas questões, o que faremos ainda. Dando prosseguimento à sua fala, Reynaldo Fernandes diz que a questão é: por que o ENCCEJA? Qual o público que se dirigiria ao exame? Poderiam vir do ensino regular com distorção de idade, poderiam estar matriculadas em ensino de EJA, ou elas podem não estar em lugar nenhum, são pessoas que não estão estudando. Se eu acabasse com os exames de EJA, o que aconteceria com as pessoas que estão realizando estas provas? Os mais jovens poderiam retornar ao ensino regular, outras poderiam se matricular nos programas de EJA e outros iriam para lugar nenhum. Este é um elemento importante, as pessoas que defendem este exame focam no terceiro grupo, que estes exames podem ser importantes para trazer pessoas que de alguma forma não estão sendo atendidas pelo ensino regular ou de EJA. Por outro lado, a posição crítica ao exame é o medo dos outros dois que consideram que este tipo de exame pode tirar pessoas do ensino regular. Esse é o debate no caso de exame supletivo. Para ele isso é importante.Quem são as pessoas que estão fora? Pergunta ele. São as pessoas fora do programa regular que podem estudar sozinhas, podem ser orientadas pela empresa, pelo vizinho, podem surgir movimento de EJA não oficiais e elas teriam mecanismos de certificação. Evidentemente, faríamos um bom critério de certificação, só seriam certificados aqueles que adquiriram conhecimentos predeterminados. Agora, se temos pessoas fora, não tem exame nenhum, e eu coloco a alternativa deste exame e as pessoas, de alguma forma, se mobilizassem para estudar e prestar o exame, todos nós

concordaríamos que isto seria bom, pois estamos trazendo pessoas de fora e colocando-as para estudar. Agora se temos pessoas que estão no ensino regular ou em programa de EJA e, uma vez que tem exames, elas decidam sair para estudar sozinhas e depois prestar a prova, poderíamos considerar como negativo, não tão ruim quanto no primeiro caso. Por quê? Porque se elas acharem um método mais eficiente poderá ser melhor. Não estou dizendo que é melhor, estou dizendo que a questão é mais dúbia do que simplesmente se é a opção é boa ou ruim.Segundo Reynaldo Fernandes, o grande momento da crítica é esse de que eu vou tirar as pessoas da escola e a forma correta de educação é pela escola regular. Em tese, ele concorda que isso seja o melhor para a maioria, mas existem casos específicos de pessoas adultas que tem dificuldades por trabalhar, dificuldades de horário ou não tem programas ou horários próximos a casa dele, etc, e ele pode buscar uma alternativa. O presidente do INEP é muito simpático a todo movimento feito pelos programas de EJA de tentar trazer as pessoas para a escola, fortalecer e dar atratividade às escolas. O que ele tem uma certa discordância é que isso deva ser feito pela atratividade da escola e não evitar caminhos alternativos, por exemplo impedir a realização de exame. Reynaldo Fernandes afirmou que essa é uma opinião pessoal e não do MEC. Ele acha que algumas experiências de EJA são fantásticas, mas não se pode generalizar. Os exames, por exemplo, do ENEM, mostram que algumas escolas fizeram 23 pontos, geralmente escolas de EJA. Não todas, têm escolas de EJA que vão bem. 20 pontos é o aleatório, porque são 5 itens, se você chutar tudo você vai acerta em média 20 % da prova. Fazer 23 pontos é, na média, escolas em que ninguém aprendeu quase nada. Este é o primeiro ponto da discussão que ele entende, segundo que este debate é atração de um e de outro, terceiro, que não sabemos sobre o impacto destes exames no incentivo de tirar as pessoas de um lugar para o outro. Não sabemos nada. Procurou vários estudos, e não encontrou nada. Não existe nenhum estudo sistemático com critério científico. O que existem são conjunturas, as pessoas acreditam mais em um ou em outro. Só para terminar esta questão, estes exames já existem e estão previstos na LDB, assim é uma defesa dos exames e não do ENCCEJA. Com relação ao segundo ponto do ENCCEJA, ao admitir que os exames supletivos têm uma característica positiva, que pode ser muito boa, excelente, ou moderada, cumpriria um papel. Seria pior se não tivéssemos o exame com uma exclusão muito maior. Vamos supor isso para um raciocínio. Isso não diz nada a respeito do ENCCEJA porque existem hoje, nos estados, exames supletivos, questão levantada pelos coordenadores estaduais de EJA. Então para que outro exame? Na defesa do ENCCEJA, para ter atratividade, ser útil para as pessoas, listou algumas características que o INEP pode garantir, ressaltando que isto não quer dizer que os outros não possam garantir: 1ª- visibilidade pública, qualquer potencial candidato saber da existência dele; 2ª - regularidade, inclusive para formar rede; 3ª - ter credibilidade dos resultados, que é uma questão dos certificados, como por exemplo o ENEM que vem aumentando sua credibilidade e virando referência; 4ª - disponibilidade de material pedagógico, um roteiro de estudo, um guia para que as pessoas possam fazer a prova. Afirmou que o INEP está trabalhando na criação destes instrumentos. O material o INEP já tem, já existe, foi repassado para algumas pessoas que o consideraram muito razoável. De forma geral, os especialistas consultados acham bom o material. O MEC , no caso do ENCCEJA, pode dar credibilidade. Regularidade é uma coisa que se ganha com tempo. Visibilidade pública o MEC tem condições de fazer. Evidentemente são características deste exame, o ENCCEJA. Não quer dizer que os exames existentes não os tenham, mas dentro dos Estados existe uma gama diferenciada de exames. Quanto à modernização do instrumento, disse que a idéia é construir um banco de itens junto aos públicos de EJA,

criar oficinas para que os itens venham das pessoas que fazem EJA. Esta é a grande riqueza e a grande forma de interação que funciona muito bem no SAEB. Colocou, ainda, 2 pontos fundamentais: a) se os exames são importantes e se o MEC tem uma contribuição para melhorar a qualidade destes exames dados estes critérios, considera o ENCCEJA uma boa idéia; b) se os exames não são importantes, numa visão mais crítica, e se ele é importante e tudo isso aqui já existe, então o ENCCEJA não é uma boa idéia. Para ele esse é o debate, tem outras críticas que são colocadas, mas se eu entendi que essas são as críticas mais apresentadas. Que existe uma crítica que ele tem um pouco de dificuldade de entender é que o MEC não conseguiria fazer um bom exame em nível nacional. Esclarece que é claro que existem especificidades nacionais, que elas podem ser importantes no método de ensino, mas, existe um currículo comum, que está estipulado em LDB, nos parâmetros curriculares. Em geral a idéia do programa único é importante. Então esta é a idéia que nos levou a trabalhar com isto. O papel do INEP neste projeto seria o de elaborar os instrumentos, construir a TRI e pré-testar a prova. O público seria os alunos noturnos do ensino regular. Segundo ele, vários estudos têm mostrado que o perfil do aluno regular noturno é parecido com os alunos do EJA presencial. Pré-testar os itens da prova, definir as escalas, disponibilizar o material pedagógico, planejar e preparar o exame, divulgar o exame, aplicar e corrigir as provas, divulgar os resultados para os alunos, estas seriam as ações do INEP.Toda a proposta é a seguinte, isto é o mais importante, o INEP procura o secretário de Estado e propõe o exame a ele. A prova é feita por adesão voluntária. Não é uma prova nacional. O MEC/INEP definiria os critérios de certificação, mas quem definirá os critérios é o Estado, tanto para mais quanto pra menos. O MEC disponibiliza os instrumentos. No caso do fundamental, o MEC pode fazer com os municípios. Célio da Cunha disse, então, que, começando pelo fim, considera o ENCCEJA importante e a presença do MEC é muito importante nesta área. Nas questões levantadas, o TRI é uma metodologia que está sendo amplamente usada hoje, e é o que mais avançado na área se está utilizando. A questão polêmica com relação ao ensino regular e o ensino mais informal, alguns Secretários Estaduais reclamam que estão perdendo alunos para o EJA. Entende que existe uma pilotagem nisso e que, com um acompanhamento constante, vai-se calibrando isto aos poucos , talvez num determinado momento seja necessário rever o limite de idade. O acompanhamento é que vai poder indicar qual o momento de se fazer este ajuste que pode ser feito por uma proposta do MEC. Para ele existe uma palavra fundamental, versatilidade. Um sistema de ensino precisa ter versatilidade, precisa ter diferentes entradas e saídas. Considera que isto é extremamente importante no século XXI. Em conversa com o Moacir Gadotti falaram sobre a importância da educação informal no século XXI. Talvez seja o capítulo mais revolucionário. Por isso, ele gostaria apenas de deixar uma recomendação na outra vertente do INEP, os estudos especiais, que é aprofundar no que for possível a reflexão sobre esta versatilidade, sobre até onde pode isso. Para ele avaliar uma questão é realmente muito complicado, nunca há consenso sobre isso. Por exemplo, a LDB contempla essa idéia de certificação quando ela fala no aproveitamento de experiências, e a pergunta que ele faz é como aproveitar todo o conhecimento tácito que os candidatos ao ENCCEJA possuem. Sabe-se de antemão que somente o exame não preenche isso, e há uma série de outros conhecimentos. Por isso, a recomendação do aprofundamento nos estudos, poderia se pensar num sistema de educação como uma grande contabilidade. Se o sujeito faz um estágio na UNB, num laboratório de citologia, se faz um curso no SENAC, onde aprende uma série de novos conhecimentos no trabalho, deveria existir um sistema capaz de, cada vez, mais mensurar

um pouco isso. Entende que isso não é fácil, mas considera que o ENCCEJA já seria um bom começo. Para ele, há muitos conhecimentos importantes que são adquiridos e que os educadores não conseguem reconhecer, não existem mecanismos para reconhecer isso. Nesse sentido, ele entende que o ENCCEJA é um grande começo, que certificação é uma idéia mundial e que ela pode ser radicalizada com novos estudos, no sentido de que este sistema possa ser constantemente aperfeiçoado para vir ao encontro cada vez mais disso que temos nessa sociedade globalizada, com várias revoluções que se operam neste mundo, como é o caso na Índia, em Bangalore. Disse que, hoje, temos que começar a verificar como incorporar estas diversas fontes de aprendizagem, e são as mais inúmeras fontes de aprendizagem. Moacir Gadotti disse ser importante ter ouvido do Reynaldo Fernandes que o INEP não tem uma proposta pronta, nem orçamento, nem uma posição fechada, mas uma proposta bastante consistente como apresentado aqui. Fez, então, algumas considerações em relação à avaliação e a certificação como um direito. Disse que todos têm o direito de ser avaliado, um direito de saber em que estágio está no seu progresso nos estudos. Entende a avaliação como um momento do processo do conhecimento e não como uma punição. Para ele a certificação também é um direito, não só certificação da escolaridade, mas a certificação das competências e habilidades adquiridas ao longo da vida por esse sistema informal da educação que cada vez é a grande novidade deste início do milênio. Assim como no século XIX surgiram os sistemas nacionais formais de educação para dar unidade aos países que estavam reunificando-se na Europa, a grande novidade do início desse milênio é o surgimento de um novo sistema, que é um sistema não- formal, que não é mais nacional mas, que é, como destacava o Célio, próprio da era da globalização. O assunto deve ser tratado com muita serenidade e com muito cuidado, sobretudo ouvindo as experiências que existem de avaliações bem sucedidas em nível estadual e municipal. Para ele esse diálogo é absolutamente necessário para legitimar esta proposta junto àqueles que hoje trabalham com EJA, inclusive, alguns, há mais de 30 anos, que têm uma experiência que precisa ser respeitada neste processo. Moacir Gadotti reflete que, a EJA nunca foi levada à sério. Portanto, sendo um trabalho invisível que, por falta de estudos, de pesquisa confiável, esta experiência foi inviabilizada durante estas últimas décadas, inclusive com a dissolução desta Comissão por seis anos. Disse que, talvez por esse descaso, as iniciativas municipais consolidaram os seus sistemas de avaliação, hoje tem-se que dar visibilidade a estas avaliações e experiências. Há outro dado que não foi colocado aqui, qual seja, que a EJA não é MEC, a EJA, hoje, começa pela Presidência da República, que tem EJA, o Ministério do Trabalho e Emprego que tem um sistema nacional de certificação profissional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura e, até o MEC, ele diria. Dessa forma, entende que a EJA tem que ser tratada de forma interministerial, como nos colocava, ontem, o Timothy. É necessário reunir experiências de outros ministérios e definir diferentes modalidades de certificação. Ele não vê só a modalidade de escolarização, que considera muito importante, um direito, e, portanto, uma necessidade. Está de acordo com a discussão. Para ele, existe, também, uma questão de concepção, de metodologia, que a pedagogia das competências e habilidades é um referencial importante, mas também são importantes referenciais que dão conta, talvez, de processos de aprendizagem e saberes, que não são facilmente avaliados por testes e por esses instrumentos que são muitos específicos das competências locais mesmos. Existe uma dificuldade de definir o que é específico de cada região nos currículos, é difícil avaliar o que é ser educado realmente dentro de uma certa comunidade. Há muitos saberes e competências que não são medidos pelos testes. Torna-se preciso ouvir mais, escutar mais. Todas as mudanças certamente geram conflitos

porque a mudança nos tira da estabilidade, da confortabilidade, dos nossos testes já feitos. Acreditam no que foi construído por eles mesmos no município, no Estado. É desconfortável sair de uma posição de quem vem fazendo as coisas. Ele insiste na necessidade do diálogo, com base, por exemplo, na experiência piloto que foi colocada aqui, em 2002. Portanto é dialogar mais, por isso ele partiu da idéia de que a questão não está fechada, mas tem que ser ouvido mais. Ele não sabe se a posição é dizer simplesmente se estamos de acordo e aí bastaria fazer pesquisa e subsidiar mais o exame nacional para que ele seja, digamos, um parâmetro, e que avancemos mais rapidamente, simplesmente isso, ou também podemos adotar diretrizes nacionais para exames descentralizados. Assim como existem parâmetros nacionais de educação de jovens e adultos, também devem existir parâmetros nacionais de avaliação, auxiliando os exames. Ele diz que esta posição não é somente dele, em conversa com a Jane Paiva, por exemplo, que tem muitas preocupações, vendo as preocupações da RAAAB, que representamos também como membro, as preocupações das ONG's, vendo outras manifestações dos fóruns, são preocupações. Ele afirma que não existe uma posição contra o exame, determinada, firme. É uma discussão. Há uma preocupação que se consiga estabelecer um diálogo profundo com a grande diversidade que existe nesta área. Ele parabeniza ao INEP pela clareza da exposição, que ainda não está nas bases das organizações representadas na Comissão. Acha que isso deveria ser de imediato discutido pelas bases. Aproveitar a discussão da avaliação e certificação como uma grande oportunidade de fortalecer esta área dentro do MEC e nas Secretarias Estaduais e Municipais, reforçando o nosso compromisso com estes milhões que estão fora. Ele ficou abismado com os dados que foram apresentados de que um pouco mais de 1 milhão está no ensino e que 42 milhões estão fora, que não se pode ficar tranqüilo nessa Comissão sem se levar em conta o grito destes dados. Para ele os dados gritam. São dados de milhões de pessoas que precisam e têm direito à avaliação e à certificação e que se faça isso com serenidade, com cuidado. Convida a todos os parceiros a dar um passo grande nesta área, para colocar a EJA na agenda nacional como uma política de Estado. Diz ser necessária uma ampla discussão nacional, começando pela falta de material e passando pela questão da formação dos educadores, entre tantas questões que ainda não foram colocadas na pauta. Diz que existem o Programa Brasil Alfabetizado, o MOVA-BRASIL e os programas estaduais e municipais. Não se deve desperdiçar mais esta oportunidade. Relembrou as palavras do Célio da Cunha que lembrava-nos, ontem, que não temos mais tempo para desperdiçar oportunidades. Considera que esta é uma oportunidade, e a única oportunidade é a adesão de todos à proposta. Para ele, uma das dúvidas que foi esclarecida hoje é de que se o MEC iria certificar, que era uma das reclamações, o Ministério não poderia certificar. Outra dúvida era a questão dos recursos, não pode ser adesão em troca de recursos. O critério de adesão não pode ser os recursos existentes para a avaliação e certificação. Heleno de Araújo Filho mostrou sua preocupação em relação à certificação nos seguintes aspectos: o foco da proposta voltado para aqueles que estão fora da escola despotencia a escola como espaço de experiências coletivas de formação. O material produzido em nível nacional desfoca a atenção dos problemas e das experiências da cultura local. Questionou ainda se o Estado, ao aderir ao exame, não estaria deixando de lado o seu compromisso em ofertar a EJA.Cristina Vargas afirmou que a certificação como uma necessidade, que vem sendo expressa pelos grupos do MST que buscam a continuidade de estudos. Só recentemente, o movimento vem se dando conta da certificação como um elemento importante na formação das lideranças. No entanto, coloca a preocupação com os Estados e Municípios no diálogo com os camponeses sobre a forma

de certificação, que não pode desconsiderar suas experiências. Houve, de certa forma, consenso sobre a idéia de que a certificação não pode ser proposta tomando como instrumento um exame que não leva em conta a experiência da educação não formal gestada na ação dos movimentos sociais, cujas experiências têm sido inviabilizadas. A palavra foi passada para a representante da UNDIME, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, que disse falar pelos municípios e pela UNDIME. Ela informou, ainda, que havia conversado pela manhã com a Edna a respeito do ENCCEJA. Como Secretária Municipal de Educação e como professora, disse já ter enfrentado os dois lados da situação do que é uma avaliação externa e da reatividade que os professores da educação básica têm a qualquer tipo de avaliação que não seja a que eles fazem. Têm-se discutido em Belo Horizonte a linha do direito. Tem uma equipe que tenta não ser dogmática, que tenta não ser reativa ao que é colocado. A posição à primeira proposta de avaliação externa no município foi reativa, e uma oposição demolidora de um projeto que no processo foi muito bacana. Aprendeu-se, a partir desta reatividade, a construir este projeto. Acredita que a prova tem que levar em consideração a experiência e a trajetória dos alunos. Disse ter preocupação com uma prova de concepção *conteudista* mais tradicional. Entende que o Reynaldo tem razão quando diz que ler, escrever e saber matemática são questões importantes, mas a trajetória e a experiência, e essas experiências de educação não-formal, mesmo para os profissionais dos sistemas formais, são transformadores e importantes. Destacou isso em primeiro lugar. Destacou em segundo lugar, que essa discussão deve ser realizada de maneira mais ampliada possível para poder acumular essas experiências na elaboração da prova. Em relação aos secretários municipais, disse ter certeza de que haverá muitos problemas com os Estados, e que queria pontuar como representante da UNDIME. Muitos estados poderão não aderir. Ocorreram problemas desta ordem nos programas do PROFORMAÇÃO e PROINFANTIL, onde a adesão tinha que ser feita pelo governo estadual e, caso o estado não aderisse, o município não tinha como participar do programa. Moema Vieser enfatizou como estratégia a necessidade de se colocar a EJA em pauta, buscando uma articulação interministerial na formulação da avaliação. Apresentou proposição ao Inep de se fazer um diagnóstico participativo e de se pensar, de forma articulada, diretrizes nacionais de avaliação. Edna de Oliveira afirmou a posição contrária dos Fóruns ao ENCCEJA, historicizando a relação do ENCCEJA com o Movimento, a partir do IV ENEJA em Belo Horizonte, quando os Fóruns foram supreendidos com a proposta do ENCCEJA que começava a ser divulgada, sem nenhuma interlocução com os segmentos de EJA, o que tornou-se uma questão polemica na plenária final do Encontro. No VI ENEJA, em Porto Alegre, o Exame voltou a ser discutido na reunião da Comissão Nacional coma participação do Prof. Davi, a convite da SECAD. A Comissão apresentou vários argumentos contrários e encaminhou no sentido de que a SECAD e Inep aprofundassem estudos de mapeamento da EJA . No entanto, nada aconteceu desde então. Em 2006, o Movimento é surpreendido, mais uma vez, com a retomada da discussão do ENCCEJA, o que vem provocando os Fóruns a se mobilizarem contrariamente à proposta do Exame, pautando a discussão em nível local, para buscar alternativas para um avaliação que contemple a diversidade da EJA. Enfatizou que a crítica maior da migração dos alunos das escolas para a certificação rápida, que se pretende universalizante, coloca para a SECAD pensar uma das suas contradições: a conformação atual da Secretaria, na perspectiva da educação continuada e da diversidade, conflitua com uma proposta de certificação que não contempla a diversidade das experiências dos sujeitos e dos contextos de aprendizagem. A educação como direito à formação humana, e como continuidade, são

princípios dos quais não abrimos mão. Encaminhou para que a discussão continue se ampliando com os fóruns em nível local, e que a escuta da SECAD e INEP seja uma escuta efetiva. Isabel A. dos Santos questionou como os exames considerariam a diversidade, uma vez que os grupos indígenas vêm rompendo com o modelo tradicional, não abrem mão da educação de qualidade diferenciada e têm as escolas como instrumentos de lutas de seus povos. Jeanete Beauchamp levanta preocupações sobre os exames uma vez que podem promover a auto-estima ou não, e o que isto pode significar para os sujeitos. Sugere que os exames sejam pensados a partir de um conhecimento do currículo real da EJA em nível nacional. Na parte da tarde deste dia quinze de março do ano de dois mil e seis foi retomada, pelo Coordenador de Alfabetização, Tancredo Maia Filho, a apresentação da Resolução do Brasil Alfabetizado para o ano de dois mil e seis. Iniciou dizendo que o próximo destaque seria o artigo vinte e dois, onde são apresentadas as condicionalidades para o pagamento das parcelas. As parcelas serão repassadas para os Estados e Municípios em até cinco vezes desde que atendidas as condicionalidades presentes no artigo vinte e dois. Informou que a primeira parcela será liberada com a apresentação do cadastro. Para a liberação da terceira parcela, segundo o parágrafo 1º, o cadastro precisa ser alimentado com as datas de início e fim efetivo das turmas, os horários, os dias da semana e os endereços dos locais das aulas das turmas cadastradas, bem como a atualização dos dados cadastrais. Na quarta parcela é necessário que as prefeituras e as secretarias concluam no SBA o formulário eletrônico do relatório referente à formação dos alfabetizadores e a ação de alfabetização que está definida no artigo vinte e nove. Uma outra novidade encontra-se no artigo trinta e dois, referente às competências, onde estão denominados de uma forma unificada a terminologia de coordenador técnico do projeto da prefeitura ou da secretaria e avançou-se ao registrar nas alíneas as competências ou as necessidades que este coordenador precisará desenvolver na articulação com o programa, quais sejam: registrar os dados, estabelecer interlocução com a equipe responsável pelo programa no MEC, responder pela elaboração e alteração do plano pedagógico e dos relatórios solicitados pelo SBA, estabelecer interlocução com a coordenação de EJA. Destaco aqui a importância da articulação deste coordenador com os gestores locais de outros programas sociais do governo, e por responder pela avaliação e acompanhamento do programa. Destaco, ainda, a definição de um técnico de apoio que é a pessoa responsável pela alimentação eletrônica do sistema. Disse que havia no cadastro uma certa confusão e que estas mudanças objetivam separar e definir o papel do coordenador pedagógico e do técnico de apoio. Outro destaque é o item cinco, que registra uma publicação a ser distribuída, com o título Escravo, Nem Pensar, resultado de uma articulação com a Organização Internacional do Trabalho – OIT , ONU e a ONG Repórter Brasil, que é um material sobre os brasileiros em situação assemelhada à escravidão, que será distribuída nos seis, sete, estados em que esta questão é mais latente, mais grave. Em relação ao geral, eram estes os aspectos mais importantes a serem colocados para os membros da Comissão, e colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.O Prof. Timothy agradeceu ao Coordenador de Alfabetização, Tancredo Maia, pela apresentação sucinta e clara e abriu para qualquer comentário, sugestão ou reflexão por parte dos membros da Comissão sobre a Resolução do Programa Brasil Alfabetizado. O representante da UNESCO, Célio da Cunha, apresentou uma sugestão para a Resolução, no quesito Considerandos, de se incluir o Brasil Alfabetizado, que é ao mesmo tempo objeto e fundamento, um programa da República, e por extensão, para reforçar, também colocar a década da alfabetização das Nações Unidas. Tancredo Maia concordou que a inclusão da Década da Alfabetização é pertinente e ficou de verificar a

pertinência formal, do ponto de vista legislativo, da inclusão da outra sugestão na Resolução. A representante dos Fóruns de EJA, Edna Castro de Oliveira, solicitou um esclarecimento quanto à menção à CNAEJA, na página três, da Resolução, que regulamenta como competência da Comissão o acompanhamento da execução do programa nos moldes do artigo trinta e um. O Prof. Timothy, então, informou que tal assunto já havia merecido uma consulta e que o acompanhamento não é de fiscalização, não em termos fiscais, mas sim de incentivo pedagógico. Segundo Tancredo Maia, este artigo é necessário estar presente na Resolução porque, no Decreto de criação da Comissão, ele remete que a Comissão tenha entre suas atribuições fazer um acompanhamento e avaliação e é por isso que ele precisa ser dito aqui como participante do acompanhamento da execução do programa em relação ao conteúdo pedagógico. O Prof. Timothy destacou, para o ano de dois mil e seis, o aperfeiçoamento da Resolução como instrumento de interatividade com o Programa Bolsa Família e com outros programas sociais do governo, e que isto é mais uma conquista. Também ressaltou o foco que está sendo dado à juventude. Um processo de aperfeiçoamento não só técnico como pedagógico. Ao final desta discussão, a Resolução foi aprovada por todos os membros da Comissão. Antes de dar início às considerações e sugestões para a Portaria do Prêmio Paulo Freire, edição 2006, texto que havia sido distribuído no dia anterior para leitura pelo grupo, o grupo que representou a CNAEJA no encontro com o Senador José Jorge, Relator do FUNDEB, ausenta-se da reunião para comparecer ao Senado Federal. Os demais membros da Comissão deram prosseguimento ao trabalho, apresentando as considerações e sugestões à Portaria do Prêmio Paulo Freire, a partir do texto distribuído no dia anterior, o primeiro dia deste encontro. Os membros da Comissão, após debaterem todos as questões pertinentes às regras e critérios, definiram o conteúdo para a publicação da Portaria que regulamentará a edição de dois mil e seis do Prêmio Paulo Freire. A Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos, Claúdia Veloso Torres Guimarães, apresentou, aos presentes na reunião, o Programa Fazendo Escola, que repassa recursos para Estados e Municípios como apoio para a ampliação de ofertas de vagas para a educação de jovens e adultos do ensino fundamental de primeiro e segundo segmentos. Ressaltou que este programa não pretende ser um programa que mantenha a educação de jovens e adultos, mas sim um programa que repassa suporte financeiro e técnico para que os sistemas de ensino possam ampliar a oferta de vagas com mais qualidade. Foram repassados, até o ano de dois mil e quatro, recursos para alunos que estavam nos cursos presenciais, focalizando principalmente as regiões norte e nordeste, com base no IDH . A partir do ano de dois mil e cinco, a SECAD redesenhou seus programas para criar uma maior articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado, a alfabetização e a educação de jovens e adultos e, o Fazendo Escola, começa a ser repassado para todos os sistemas de educação que apresentaram matrículas para a educação de jovens e adultos no ensino fundamental no senso escolar do ano anterior. Então, o ano de dois mil e cinco foi o primeiro ano que o Fazendo Escola repassou recursos para todos estes alunos. Afirmou que, em dois mil e seis, a pretensão da SECAD é continuar com este critério, repassar recursos para os três milhões, trezentos e vinte e sete mil e trezentos e sete alunos que estão de primeira a oitava série no ensino fundamental. Evidentemente quando utiliza-se este critério com uma estimativa de recursos de um ano para o outro, o valor deste recurso tem que ser diluído para o atendimento a todos. A proposta é manter os mesmos critérios utilizados, fazendo a distribuição dos recursos por faixas. Em dois mil e cinco, para possibilitar a ampliação, todos os Estados e Municípios foram classificados em quatro faixas, segundo o IFEJA, que é um Índice de Fragilidade Educacional de Jovens e Adultos.

O IFEJA é medido pelo índice de analfabetismo mais o índice de anos de escolaridade de cada região. A partir do índice geral, divide-se os Estados e Municípios dentro das quatro faixas. Como exemplo, informou que a primeira faixa considera os municípios e os Estados que têm o maior índice de fragilidade educacional de jovens e adultos, ou seja, aqueles que tem maior necessidade de apoio para a educação de jovens e adultos por terem maior demanda neste segmento. Apresentou, em seguida, a minuta da Resolução do Programa Fazendo Escola para o ano de dois mil e seis e suas principais alterações que estão mais na execução das ações do que nos critérios para a distribuição dos recursos. Uma alteração importante diz respeito à prestação de contas pois, a partir deste ano, os Estados e Municípios recebem recursos tendo por base o número de alunos apresentados no censo do ano anterior, mas a prestação de contas será feita em cima do aluno que estiver matriculado e freqüente. Isto porque acontece de Estados e Municípios encaminharem uns dados para o Censo, realizado pelo INEP, e durante o ano na matrícula, o número de alunos vir a ser maior ou menor do que aquele que foi apresentado. Assim, neste ano, esclareceu Cláudia Veloso, a prestação de contas será feita em cima dos alunos efetivamente matriculados e freqüentes, denominados de aluno real, atendendo a uma reivindicação dos Estados e Municípios. Porque, mesmo que isto signifique diminuir o *per capita* de aluno que se tem no sistema, para os Estados e Municípios, é importante apresentar a realidade da distribuição dos recursos recebidos. Outra novidade apresentada diz respeito à equipe coordenadora, composta por, no mínimo, duas pessoas, nomeadas por meio de Portaria, e que trabalhem na Secretaria Estadual ou Municipal de Educação. Um dos integrantes desta equipe deve ter um perfil pedagógico o que permitirá uma articulação mais objetiva entre os programa de alfabetização e a continuidade da educação de jovens e adultos. O objetivo é que este profissional acompanhe os alunos da alfabetização e possa trabalhar para que eles dêem continuidade aos seus estudos e, também, para trabalhar junto às escolas para que elas tenham oferta de vagas para atender aos alunos de alfabetização. Este novo perfil da equipe coordenadora é um grande avanço porque ela tem acesso ao cadastro dos alunos participantes do Fazendo Escola que disponibiliza todos as informações necessárias ao contato direto com estas pessoas. Neste ano de dois mil e seis há uma outra novidade que é o cadastramento, feito pelos Estados e Municípios, por meio eletrônico, dos integrantes da equipe coordenadora. Este novo instrumento é importante porque a liberação dos recursos está condicionada à nomeação de integrantes para a equipe coordenadora. Além disso, esse sistema também servirá como suporte à capacitação destas pessoas para a gestão do Programa Fazendo Escola. No ano passado, em dois mil e quatro, foi estabelecido um limite de dezoito reais por aluno para a compra de livros didáticos e um limite de dez reais por aluno para compra de material escolar e de dez reais para compra de material para o professor. Para o ano de dois mil e seis ficou estabelecido um novo critério para essas compras e esse valor vai ser repassado por meio de três faixas diferentes: para os municípios que tem até três mil alunos, municípios que tem entre três mil e um até oito mil alunos e para os municípios que têm mais de oito mil alunos. Isto porque, após estudos realizados, foi confirmado que quanto mais se compra, mais barato sai o valor unitário. O Prof. Timothy informou aos presentes que, com a implantação de faixas para distribuição dos recursos, alguns municípios perderam e outros ganharam no total de recursos recebidos. Para minimizar o impacto no ano anterior, foi utilizada uma regra de transição. Neste ano de dois mil e seis também ocorrerão perdas para uns e ganhos para outros.Os membros que representaram a Comissão no encontro com o Senador relator do FUNDEB passaram a relatar suas impressões da reunião. A representante dos Fóruns de EJA, Edna Castro de

Oliveira, disse que além dos representantes da Comissão também participou do encontro o Secretário da SECAD, Ricardo Henriques. Disse que o representante da UNESCO, Célio da Cunha, apresentou a Comissão e, logo após, ela leu o documento produzido pelos membros da CNAEJA. O Senador logo tomou a palavra falando do processo, do envolvimento dele como relator entre outros temas da Educação. O Senador discorreu sobre as suas preocupações, como no momento da distribuição dos recursos do FUNDEB, argumento que também foi levantado na Comissão. O grupo foi, aos poucos, apresentando argumentos importantes sobre a alfabetização e a educação de jovens e adultos, a necessidade de que a distribuição de recursos ocorra de maneira justa para todos os segmentos da educação. No final, o Secretário da SECAD, Ricardo Henriques, disse que não há razão para preocupar-se quanto ao argumento utilizado para que a EJA fosse excluída do FUNDEF, qual seja, da impossibilidade de quantificar os alunos da EJA, tendo ressaltado que logo após o FUNDEF, o INEP fez o censo e mostrou a viabilidade de ter estes dados. O Senador disse, então, que, como a EJA não tem limite de idade, pode vir a ocorrer informações não compatíveis com a realidade como forma de se ter direito a mais recursos. O Senador falou muito sobre critérios a serem definidos de forma a coibir a utilização indevida de recursos do ensino fundamental no ensino médio e coisas semelhantes. No final tanto o representante das ONG's com experiência em EJA, Moacir Gadotti, quanto o Secretário da SECAD, Ricardo Henriques, insistiram na idéia de que não precisamos ficar preocupados com os números que possam amedrontar quanto ao atendimento à demanda potencial e nem razão para se reduzir os recursos em detrimento do que se possa fazer. O Senador disse que entende a situação da EJA e que vai fazer de tudo, dentro do limite dele, e, mais, que vai entrar em contato com o Senador Aluísio Mercadante para verificar os pontos que deverão ser negociados junto aos governistas e que ele fará a negociação junto à oposição para fazer o projeto avançar. O representante da UNESCO, Célio da Cunha, relatou que o Senador disse estar tranqüilo de que o projeto do FUNDEB será aprovado. Disse que a preocupação do Senador é quanto ao momento posterior à aprovação do FUNDEB, que é a regulamentação. Ricardo Henriques apresentou um argumento sobre a preocupação quanto à demanda potencial do segmento de EJA, a partir de um raciocínio por meio de uma série histórica e concluiu que o impacto não seria assim tão significativo. A sensação final é que a ação de ir ao encontro do relator do FUNDEB atingiu os objetivos propostos. A representante dos Fóruns de EJA, Edna Castro de Oliveira, retomou ao tema ENCCEJA dizendo que ela, o Moacir Gadotti e o Célio da Cunha, enquanto aguardavam para ser recebidos pelo Senador, conversaram sobre o ENCCEJA e a necessidade de se retomar o tema e discuti-lo na Comissão e com a SECAD. O Prof. Timothy disse que levará esta preocupação e sugestão ao Secretário da SECAD para, talvez, promover uma reunião da Comissão com a SECAD. Foi ratificado que o próximo encontro da Comissão ocorrerá em data que antecedará ao Encontro Nacional do MOVA-BRASIL e que os membros da CNAEJA fiquem para a abertura do MOVA-BRASIL.O representante das ONG's com experiência em EJA, Moacir Gadotti, retomou o tema do encontro com o Relator do FUNDEB dizendo que, se por um lado há uma percepção de sucesso quanto a reunião, por outro lado não está ganha a segunda batalha que é Lei Complementar, que regulamentará o FUDEB, quando será definido o número de EJA. Disse que é necessário ter clareza de qual é o número que nós queremos batalhar.Ele acha que o INEP poderia ajudar a quantificar o número de matrículas em EJA. Segundo a Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Veloso, o Censo do INEP do ano de dois mil e cinco registra três milhões, trezentos e vinte e sete mil e

trezentos e sete matrículas em EJA, ensino fundamental presencial nas escolas públicas, da primeira á oitava séries. Para Moacir Gadotti este é o dado que deveria ser trabalhado. O ensino médio, pelo Censo do ano de dois mil e quatro, contou com um milhão, cento e cinqüenta e sete mil, novecentos e cinqüenta e três alunos matriculados. Para Célio da Cunha, qualquer cálculo que se faça para a educação brasileira, o valor estará aquém, e vai estourar nos próximos anos. É importante que todos tenham consciência disso. Para ele o FUNDEB vai ser responsável por uma ampla tomada de consciência logo depois de ser implantado. Porque o dinheiro não dá. Pode-se fazer o exercício que for, e quando entrar o piso de professores, qualquer aumento irá ter um forte impacto no fundo. Para ele estamos diante de questão essencialmente política. Para Moacir Gadotti é importante definir os dados para uma atuação forte no momento da regulamentação, ou eles vão definir pelo número mínimo, ou seja, vão estabelecer um limite de, digamos, um milhão de alunos. Para o Prof. Timothy esse número, levando em consideração os alunos egressos do Brasil Alfabetizado, aumentaria em mais dois milhões de alunos. Segundo Célio da Cunha tem outro dado importante que, em alguns Estados, o número de matrículas no ensino fundamental já estagnou e isso já começa a acontecer no ensino médio. Não temos números disso. Após o debate sobre o tema, ficou decidido que este assunto merecerá novos encaminhamentos em encontros futuros. O Prof. Timothy agradeceu a todos pela contribuição em todos os pontos discutidos nesta reunião ordinária e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Adriana Pinto Rodrigues, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da Sessão e pelos demais membros presentes. Brasília, quinze de março de dois mil e seis.

Célio da Cunha

Daniel Vaz Freire

Edna Castro de Oliveira

Eliene Novaes Rocha

Francisca Bezerra da Silva

Heleno Manoel G. Araújo Filho

Jeanete Beauchamp

Maria Cristina Vargas

Maria do Pilar Lacerda Almeida

Moacir Gadotti

Moema Viezer

Neroaldo de Azevedo Pontes

Timothy Denis Ireland

Cláudia Veloso Torres do Amaral

Maria Margarida Machado

Tancredo Maia Filho

Adriana Pinto Rodrigues